



Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2020
Com o relatório dos auditores independentes

EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. - EGR

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 2

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores da
Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. – EGR "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme nota 1, o plano de concessões do Estado do Rio Grande do Sul determina que todas as rodovias que estão sob a administração da EGR devem ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões até o fim de 2022. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

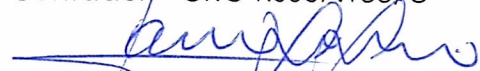
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de maio de 2021.

Crowe Consult Auditores Independentes
CRC PR002906/O

João Henrique Sperling Lubisco
Contador – CRC-RS067.188/O



Paulo Sergio da Silva
Contador – CRC PR029.121/O-0

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em R\$ mil

	Nota	31/DEZ/20	31/DEZ/19
ATIVO CIRCULANTE		62.756	56.645
Disponível	4	54.297	48.027
Realizável a curto prazo		8.459	8.618
Arrecadação das praças		8.320	8.484
Outros valores a receber		139	134
ATIVO NÃO CIRCULANTE		156.187	144.180
Realizável a longo prazo		40.398	34.522
Créditos e valores	6	3	3
Impostos a recuperar	5	15.458	12.975
Depósitos judiciais	7	24.901	21.508
Outros créditos		36	36
Imobilizado	8	2.026	1.730
Intangível	8	113.763	107.928
TOTAL DO ATIVO		218.943	200.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em R\$ mil

	Nota	31/DEZ/20	31/DEZ/19
PASSIVO CIRCULANTE		103.312	91.223
Obrigações trabalhistas		1.131	1.193
Fornecedores	9	18.600	16.574
Obrigações fiscais		79.754	72.289
Tributos e contribuições federais	10	3.258	3.103
Tributos municipais	11	69.245	59.184
Outras obrigações a pagar	12	7.251	10.002
Outras obrigações		3.365	703
Provisão para penalidades contratuais		462	464
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		28.597	22.584
Exigível a longo prazo		28.597	22.584
Tributos e contribuições federais	7	24.777	21.384
Provisão para contingência	13	3.820	1.200
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		87.034	87.018
Capital Social	14.1	43.584	43.584
Capital subscrito		44.084	44.084
(-) Capital a integralizar		(500)	(500)
Reserva de Lucros	14.3	43.450	43.434
TOTAL DO PASSIVO		218.943	200.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em R\$ mil

	Nota	31/DEZ/20	31/DEZ/19
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	215.055	237.595
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(174.912)	(197.224)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		40.143	40.371
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		149	395
DESPESAS OPERACIONAIS	17	(39.012)	(35.824)
LUCRO/PREJÚIZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.280	4.942
Receitas financeiras	18	476	1.141
Despesas financeiras	18	-	(25)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		1.756	6.058
Provisão IRPJ	3.4	(1.273)	(4.175)
Provisão CSLL	3.4	(467)	(1.512)
LUCRO/PREJÚIZO DO EXERCÍCIO		16	371
LUCRO/PREJÚIZO POR AÇÃO – Em Reais		0,001	0,010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período de 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2020

Em R\$ mil

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2018	43.584	3.097	39.966	-	86.647
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	371	371
Destinação :					
Reserva legal	-	19	-	(19)	-
Reserva retenção lucros	-	-	352	(352)	-
Saldo em 31.12.2019	43.584	3.116	40.318	-	87.018
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	16	16
Destinação :					
Reserva legal	-	1	-	(1)	-
Reserva retenção lucros	-	-	15	(15)	-
Saldo em 31.12.2020	43.584	3.117	40.333	-	87.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em R\$ mil

Fluxo de Caixa Operacional	2020	2019
Lucro líquido	16	371
Despesas com depreciação	423	358
Despesas com amortização	3.174	2.174
<u>Aumento/Diminuição do ativo</u>		
Arrecadação das praças	164	289
Adiantamentos	-	1
Valores a receber	(4)	9
Valores a receber longo prazo	-	11.340
Depósitos judiciais longo prazo	(3.393)	(4.104)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	(2.483)	(111)
<u>Aumento/Diminuição do passivo</u>		
Obrigações trabalhistas	(62)	(143)
Fornecedores	2.026	(6.228)
Obrigações fiscais	7.465	13.121
Outras contas a pagar	-	518
Adiantamento de clientes	2.663	(84)
Provisões	2.618	742
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	3.393	4.082
Caixa líquido atividades operacionais	16.000	22.335
Fluxo de caixa investimentos		
Aquisição de imobilizado	(720)	(1.020)
Aquisição de intangível	(9.010)	(40.466)
Caixa líquido atividades investimentos	(9.730)	(41.486)
Fluxo de caixa financiamentos	-	-
Caixa líquido atividades financiamentos	-	-
Aumento / Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	6.270	(19.151)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	48.027	67.178
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	54.297	48.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, é uma empresa pública (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 14.033 de 29/06/2012 e vinculada à Secretaria dos Transportes, é regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593 de 19/09/2012. A EGR tem como objeto social a exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágios públicos, a exploração da infraestrutura poderá ser realizada em quaisquer rodovias pertencentes ao sistema Rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul diante de outorga do governo do estado. Atualmente Companhia está autorizada pelo governo do estado por tempo indeterminado a administrar 14 praças de pedágio, aplicando seus recursos em 16 rodovias, abrangendo 63 municípios do Estado. No exercício de 2019, a Companhia iniciou a implantação de um sistema integrado de gestão que resultou na revisão e melhoria de todos os seus processos internos.



Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelos decretos nº 53.386 e nº 53.875

Praça	Rodovia	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (km) Decreto
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
Portão	ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - Entr. ERS-446 (P/ São Vendelino)	0,00	39,09	39,09
	ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) – Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0,00	33,58	33,58
	RSC-287	Entr. RSC-470 (A)/ERS-240 (Montenegro) - Entr. ERS-411 (P/ Bronchier)	0,00	7,11	7,11
Santo Antônio da Patrulha	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	0,00	32,64	32,64
Viamão	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fiúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
	ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
Flores da Cunha	ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) – Entr. ERS-437 (B) (Ipê)	80,04	129,71	49,67
Três Coroas	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	0,00	41,97	41,97
Gramado	ERS-235	Entr. BRS-116 (P/Caxias do Sul - Início TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)	0,00	34,64	34,64
	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela (Fim Trv-Mun)	34,64	42,31	7,67
	ERS-466	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0,00	7,22	7,22
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (Acesso sul à São Francisco de Paula)	42,31	76,32	34,01
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,40	6,35
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
Encantado	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	RSC-453	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	0,00	29,83	29,83
Venâncio Aires	RSC-287	Entr. BRS-386 (B) (Tabai) – Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz)	28,03	104,65	76,62
Candelária	RSC-287	Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz) – Entr. ERS-502 (P/ Contenda do Sul)	104,65	176,68	72,03
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	0,00	78,33	78,33
Total					908,48

Conforme o plano de concessões do Estado do Rio Grande do Sul, todas as rodovias que estão sob a administração da EGR devem ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões até o fim de 2022. Em julho de 2021 será entregue para o consórcio Sacyr os trechos da rodovia RSC-287 que abrangem as praças de Venâncio Aires e Candelária.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são preparadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio pré e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC – Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira, apropriadas mensalmente, sempre calculadas até o encerramento do mês.

3.2 Regime de Contabilização

As receitas e as despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

3.3 Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

3.4 Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região em decisão de 1º grau no processo nº 5019554-33.2014.404.7100/RS, na data de 12/07/2018, reconheceu a aplicação da imunidade recíproca em relação ao IRPJ à EGR.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia possui apenas aplicações financeiras no SIAC que registra mensalmente o seu rendimento. A Companhia não possui nenhum outro instrumento financeiro ou contratos de financiando.

3.6 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7 Ativos intangíveis

A Companhia possui registrado como ativos intangíveis as obras realizadas na malha rodoviária e direitos de uso de *softwares*, ambos registrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização.

3.8 Impairment

A Companhia realiza a revisão anual e na revisão do exercício de 2020 se constatou necessidade de registrar provisão.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.10 Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração pode fazer uso de estimativas para realizar os registros contábeis, caso seja necessário fazer uso de estimativas, estas são reconhecidas no exercício e revisadas periodicamente.

3.11 Gestão de riscos

Os riscos relacionados a possíveis problemas relacionados a estrutura das rodovias são monitorados por meio de visitas periódicas realizadas por engenheiros e empresas contratadas.

Na sua operação, a Companhia tem um pequeno risco de inadimplência que está relacionado diretamente à violação dos pedágios, atualmente a violação representa 0,05% da receita bruta.

4. Disponível

Os saldos do disponível estão assim distribuídos.

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Numerário em Caixa	1	6
Banco Conta Corrente	947	3.077
Aplicações	53.349	44.944
Total	54.297	48.027

5. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar do exercício de 2020 estão assim distribuídos.

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
IRRF a Recuperar	17	17
ISSQN a Recuperar	3	-
CSLL a Recuperar	3.906	3.251
IRPJ a Recuperar	11.532	9.707
Total	15.458	12.975

6. Créditos e Valores

Os valores registrados como Valores Rejeitados Indevidamente representam valores registrados no sistema de arrecadação e não pagos pela gestora de pagamentos eletrônicos, Estes valores estão em cobrança judicial nos processos judiciais que tramitam na 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9043277-21.2018.8.21.0001 e na 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9012817-51.2018.8.21.0001. No exercício de 2019 foram constituídas provisões para possíveis perdas desses processos.

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Valores Rejeitados Indevidamente	11.341	11.341
Provisão para Perda	(11.341)	(11.341)
Despesas Reembolsáveis	3	3
Total	3	3

7. Depósitos Judiciais / Tributos e Contribuições Federais

A Companhia, através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS, está discutindo a imunidade do IRPJ e está efetuando os pagamentos mensais via depósitos judiciais, em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados, efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo.

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
DJ – Imposto de Renda 2014	3.762	3.762
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858	2.858
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091	4.091
DJ – Imposto de Renda 2017	1.425	1.425
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166	5.166
DJ – Imposto de Renda 2019	4.377	4.082
DJ – Imposto de Renda 2020	3.098	-
Outros Depósitos	124	124
Total	24.901	21.508

PASSIVO

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
DJ – Imposto de Renda 2014	3.762	3.762
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858	2.858
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091	4.091
DJ – Imposto de Renda 2017	1.425	1.425
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166	5.166
DJ – Imposto de Renda 2019	4.377	4.082
DJ – Imposto de Renda 2020	3.098	
Total	24.777	21.384

8. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela Companhia estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	139	0	(19)	(28)	92
Máquinas	4	0	0	(1)	3
Equipamentos	644	499	(219)	(118)	806
Computadores e periféricos	1.058	775	(5)	(296)	1.532
Impressoras	40	146	(20)	(22)	144
(-) Perda valor não recuperável	(155)	(396)	0	0	(551)
Total	1.730	1.024	(263)	(465)	2.026

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	161	0	0	(110)	51
Imóveis	59.864	51.811	0	(3.064)	108.611
Obras em andamento	45.131	8.878	(51.944)	0	2.065
Projetos	2.772	264	0	0	3.036
Total	107.928	60.953	(51.944)	(3.174)	113.763

TOTAL IMOB. E INTAG.	109.658	61.977	(52.207)	(3.639)	115.789
-----------------------------	----------------	---------------	-----------------	----------------	----------------

No intangível, na conta de Imóveis e Obras em Andamento, estão registrados valores de obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, amortizados à taxa de 4% ao ano nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial. Abaixo as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia:

	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

8.1 Imobilizado Recebido do DAER-RS – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem

No início de suas operações no ano de 2012, a EGR utilizou os bens que já se encontravam na estrutura das praças de pedágio, estes bens não foram incorporados ao patrimônio da EGR, pois eles foram cedidos para o uso, mas até o presente momento não foi elaborado nenhum termo oficializando isto, apesar de haver solicitação da Procuradoria Geral do Estado através do processo administrativo 18049600018289; mesmo não constando no patrimônio da EGR, a gestão destes bens é realizada por empresa contratada especificamente para este fim.

9. Fornecedores

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Serviço de Arrecadação	3.181	3.824
Serviço de Manutenção e Conservação	8.439	6.978
Fornecimento de Asfalto	5.368	4.439
Outros Fornecedores	1.612	1.333
Total	18.600	16.574
Valores a vencer em até 30 dias	18.600	16.574

10. Tributos e Contribuições Federais

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
PIS a Recolher	150	156
Cofins a Recolher	695	721
IR Terceiros	220	163
INSS Terceiros	766	640
PIS/Cofins/CSLL Terceiros	1.427	1.423
Total	3.258	3.103

11. Tributos Municipais

O ISSQN sobre o faturamento devido pela EGR é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, mas não ocorreu pagamento em 2020, pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 10.051 foram registrados no passivo que já acumula R\$ 68.954, referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. No exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável à EGR no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura foi baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
ISSQN Terceiros	291	281
ISSQN Faturamento	68.954	58.903
Total	69.245	59.184

12. Outras Obrigações a Pagar

Em 31/DEZ/18, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar, a título de remuneração de seus acionistas, o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício totalizou o valor de R\$ 5.898. Valor registrado na conta Juros Capital Próprio a Pagar pertencente à conta sintética Outras Contas a Pagar. Os demais valores registrados nas Outras Obrigações a Pagar são provenientes do processo de implantação de ERP pela EGR que necessita da utilização da conta Outras Contas a Pagar, como uma conta transitória para a realização da liquidação dos pagamentos do mês de dezembro.

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Juros s/Capital Próprio a Pagar	5.898	5.898
Outras Contas a Pagar	1.353	4.104
Total	7.251	10.002

13. Provisão para Contingências

Utilizamos como base para constituição dessa provisão a série histórica de desembolsos realizados, utilizamos este método pois a informação fornecida pela assessoria jurídica não foi suficiente para a apuração do valor justo desta provisão. No exercício de 2020 foi constituída uma provisão para eventuais gastos com a entrega de praças de pedágio para a iniciativa privada.

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Provisão para Contingências	1.220	1.200
Provisão para Entrega de Praças	2.600	-
Total	3.820	1.200

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 43.583.815,59 (Quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da Companhia, publicado em 19 de setembro de 2012 por meio do Decreto nº 49.593, era de R\$ 1.000.000,00, sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014.

14.2 Remuneração dos Investidores

No exercício de 2020 não serão distribuídos dividendos, tendo em vista que a política da Companhia é de aplicar nas rodovias sob sua administração todos os recursos que arrecada, situação expressa em sua lei de criação Lei nº 14.033, de 29 de Junho de 2012 no art.7º: "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

14.3 Reserva de Lucros

Na reserva de retenção de lucros de 2020 foi adicionado o valor de R\$ 14.514 referente ao lucro do exercício e na reserva legal houve o acréscimo de R\$ 0,7.

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Retenção De Lucro	46.231	46.216
JSCP	(5.898)	(5.898)
Reserva Legal	3.117	3.116
Total	43.450	43.434

15. Receita Operacional Líquida

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Receita de Arrecadação	272.099	298.811
(-) Deduções sobre a receita	(57.044)	(61.216)
PIS	(1.524)	(1.689)
Cofins	(7.030)	(7.797)
ISSQN	(10.051)	(11.092)
Isentos	(2.920)	(3.521)
Multipassagem	(9.292)	(9.732)
Isentados	(26.040)	(27.245)
Violação	(187)	(140)
Receita Operacional Líquida	215.055	237.595

16. Custos dos Serviços Prestados

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Custos Operacionais	(174.912)	(197.224)
Manutenção e Conservação Rodovias	(134.359)	(151.498)
Arrecadação e Manutenção de Instalações	(37.180)	(41.923)
Convênios	(3.326)	(3.750)
Outros custos	(47)	(53)

17. Despesas Operacionais

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

Despesas Operacionais	31/DEZ/20	31/DEZ/19
(-) Deduções sobre a receita	(39.012)	(35.824)
Despesas Administrativas	(29.294)	(24.069)
Despesas com Pessoal	(8.555)	(10.009)
Despesas Comerciais	(1.163)	(1.746)

18. Resultado Financeiro

O resulta financeiro apresenta a seguinte composição:

	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Receitas Financeiras	476	1.141
Juros Ativos	-	1
Remuneração Financeira SIAC	202	820
Descontos Obtidos	274	302
Variação Monetária Ativa	-	18
Despesas Financeira	(0,3)	(25)
Encargos e Juros de Mora	(0,1)	(5)
Variação Monetária Passiva	(0,2)	(20)

19. COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31/JAN/20, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.

20. Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Empresa e autorizadas para divulgação em 15/JAN/21.

Urbano Schmitt

Diretor – Presidente
CPF nº 255.350.130-72

André Arnt

Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 367.654.810-87

Luis Fernando Pereira Vanacor

Diretor Técnico
CPF nº 476.590.680-91

Marco Aurélio Lanzoni

Contador CRC/RS 083621
CPF nº 825.012.200-30

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2020

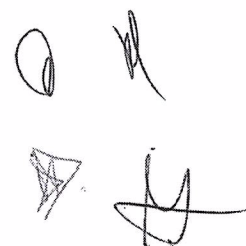


Para o Rio Grande ir mais longe.

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	ATIVO		31/12/2020	31/12/2019
	NOTA EXPLICATIVA			
Ativo Circulante			62.756	56.645
Disponível	4		54.297	48.027
Relizável a curto prazo			8.459	8.618
Arrecadação das praças			8.320	8.484
Outros valores a receber			139	134
Ativo não Circulante			156.187	144.180
Relizável a longo prazo			40.398	34.522
Créditos e valores	6	3		3
Impostos a recuperar	5		15.458	12.975
Depósitos judiciais	7		24.901	21.508
Outros créditos			36	36
Imobilizado	8		2.026	1.730
Intangível	8		113.763	107.928
TOTAL DO ATIVO			218.943	200.825

PASSIVO			
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		103.312	91.223
Obrigações trabalhistas		1.131	1.193
Fornecedores	9	18.600	16.574
Obrigações fiscais		79.754	72.289
Tributos e contribuições federais	10	3.258	3.103
Tributos municipais	11	69.245	59.184
Outras obrigações a pagar	12	7.251	10.002
Outras obrigações		3.365	703
Provisão para penalidades contratuais		462	464
Passivo Não Circulante		28.597	22.584
Exigível a longo prazo		28.597	22.584
Tributos e contribuições federais	7	24.777	21.384
Provisão	13	3.820	1.200
Patrimônio Líquido		87.034	87.018
Capital Social	14.1	43.584	43.584
Capital subscrito		44.084	44.084
(-) Capital a integralizar		-500	-500
Reserva de Lucros	14.3	43.450	43.434
TOTAL DO PASSIVO		218.943	200.825

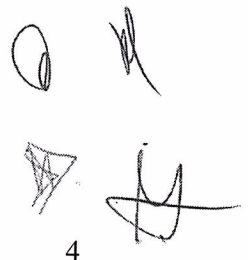


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

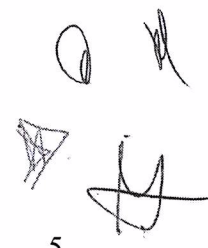
(Em milhares de reais – R\$, exceto o valor por ação)

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	215.055	237.595
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(174.912)	(197.224)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		40.143	40.371
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		149	395
DESPESAS OPERACIONAIS	17	(39.012)	(35.824)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.280	4.942
Receitas financeiras	18	476	1.141
Despesas financeiras	18		(25)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		1.756	6.058
Provisão IRPJ	3.4	(1.273)	(4.175)
Provisão CSLL	3.4	(467)	(1.512)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		16	371
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		0,001	0,010




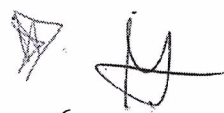
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (Método Indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais – R\$)

Fluxo de Caixa Operacional	2020	2019
Lucro líquido	16	371
Despesas com depreciação	423	358
Despesas com amortização	3.174	2.174
Aumento/Diminuição do ativo		
Arrecadação das praças	164	289
Adiantamentos	-	1
Valores a receber	(4)	9
Valores a receber longo prazo	-	11.340
Depósitos judiciais longo prazo	(3.393)	(4.104)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	(2.483)	(111)
Aumento/Diminuição do passivo		
Obrigações trabalhistas	(62)	(143)
Fornecedores	2.026	(6.228)
Obrigações fiscais	7.465	13.121
Outras contas a pagar	-	518
Adiantamento de clientes	2.663	(84)
Provisões	2.618	742
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	3.393	4.082
Caixa líquido atividades operacionais	16.000	22.335
Fluxo de caixa investimentos		
Aquisição de imobilizado	(720)	(1.020)
Aquisição de intangível	(9.010)	(40.466)
Caixa líquido atividades investimentos	(9.730)	(41.486)
Fluxo de caixa financiamentos		
Caixa líquido atividades financiamentos		
Aumento / Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	6.270	(19.151)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	48.027	67.178
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	54.297	48.027



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais – R\$)

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2018	43.584	3.097	39.966	-	86.647
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	371	371
Destinação :					
Reserva legal	-	19	-	(19)	-
Reserva retenção lucros	-	-	352	(352)	-
Saldo em 31.12.2019	43.584	3.116	40.318	-	87.018
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	16	16
Destinação :					
Reserva legal	-	1	-	(1)	-
Reserva retenção lucros	-	-	15	(15)	-
Saldo em 31.12.2020	43.584	3.117	40.333	-	87.034

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2020 – em milhares de reais (R\$)

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR – é uma empresa pública (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 14.033 de 29/06/2012 e vinculada à Secretaria dos Transportes, é regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593 de 19/09/2012. A EGR tem como objeto social a exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágios públicos, a exploração da infraestrutura poderá ser realizada em quaisquer rodovias pertencentes ao sistema Rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul diante de outorga do governo do estado. Atualmente empresa está autorizada pelo governo do estado por tempo indeterminado à administra 14 praças de pedágio aplicando seus recursos em 16 rodovias abrangendo 63 municípios do estado. No exercício de 2019 a empresa iniciou a implantação de um sistema integrado de gestão que resultou na revisão e melhoria de todos os seus processos internos.

EGR		Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelos decretos nº 53.386 e nº 53.875			
Praça	Rodovia	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (km) Decreto
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
Portão	ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - Entr. ERS-446 (P/ São Vendelino)	0,00	39,09	39,09
	ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) – Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0,00	33,58	33,58
	RSC-287	Entr. RSC-470 (A)/ERS-240 (Montenegro) - Entr. ERS-411 (P/ Bronchier)	0,00	7,11	7,11
Santo Antônio da Patrulha	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	0,00	32,64	32,64
	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fiúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
Viamão	ERS-040	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
	ERS-786	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
Flores da Cunha	ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) – Entr. ERS-437 (B) (Ipê)	80,04	129,71	49,67
Três Coroas	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	0,00	41,97	41,97
Gramado	ERS-235	Entr. BRS-116 (P/Caxias do Sul - Início TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)	0,00	34,64	34,64
	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela (Fim Trv-Mun)	34,64	42,31	7,67
	ERS-456	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0,00	7,22	7,22
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (Acesso sul à São Francisco de Paula)	42,31	76,32	34,01
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,40	6,35
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
Encantado	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	RSC-453	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabal) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	0,00	29,83	29,83
Venâncio Aires	RSC-287	Entr. BRS-386 (B) (Tabal) – Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz)	28,03	104,65	76,62
Candelária	RSC-287	Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz) – Entr. ERS-502 (P/ Contenda do Sul)	104,65	176,68	72,03
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	0,00	78,33	78,33
Total					908,48

Conforme o plano de concessões do Estado do Rio Grande do Sul todas as rodovias que estão sob a administração da EGR devem ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões até o fim de 2022. Em julho de 2021 já será entregue para o consórcio Sacyr os trechos da rodovia RSC-287 que abrangem as praças de Venâncio Aires e Candelária.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são preparadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio pré e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC – Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira, apropriadas mensalmente, sempre calculadas até o encerramento do mês.

3.2 Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

3.3 Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

3.4 Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região em decisão de 1º grau no processo nº 5019554-33.2014.404.7100/RS, na data de 12/07/2018, reconheceu a aplicação da imunidade recíproca em relação ao IRPJ à EGR.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia possui apenas aplicações financeiras no SIAC que tem mensalmente registrado o seu rendimento, não operamos com nenhum outro instrumento financeiro ou contratos de financiando.

3.6 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7 Ativos intangíveis

A Companhia possui registrados como ativos intangíveis obras realizadas na malha rodoviária e direitos de uso de *softwares* ambos registrados ao seu custo de aquisição deduzidos da amortização.

3.8 Impairment

A Companhia realiza a revisão anual e na revisão do exercício de 2020 se constatou necessidade de registrar provisão.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de

maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.10 Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração pode fazer uso de estimativas para realizar os registros contábeis, caso seja necessário fazer uso de estimativas estas são reconhecidas no exercício e revisadas periodicamente.

3.11 Gestão de riscos

Os riscos relacionados a possíveis problemas relacionados a estrutura das rodovias são monitorados através de visitas periódicas realizadas do corpo de engenheiros e empresas contratadas.

Na sua operação a Companhia tem um pequeno risco de inadimplência que está relacionado diretamente a violação dos pedágios, atualmente a violação representa 0,05% da receita bruta.

4. Disponível


Os saldos do disponível estão assim distribuídos.

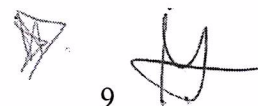
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
NUMERÁRIO EM CAIXA	1	6
BANCO CONTA CORRENTE	947	3.077
APLICAÇÕES	53.349	44.944
TOTAL	<u>54.297</u>	<u>48.027</u>

5. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar do exercício de 2020 estão assim distribuídos.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF A RECUPERAR	17	17
ISSQN A RECUPERAR	3	-
CSLL A RECUPERAR	3.906	3.251
IRPJ A RECUPERAR	11.532	9.707
TOTAL	<u>15.458</u>	<u>12.975</u>




9

6. Créditos e Valores

Os valores registrados como Valores Rejeitados Indevidamente representam valores registrados no sistema de arrecadação e não pagos pela gestora de pagamentos eletrônicos. Estes valores estão em cobrança judicial nos processos judiciais que tramitam na 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9043277-21.2018.8.21.0001 e na 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9012817-51.2018.8.21.0001. No exercício de 2019 foram constituídas provisões para possíveis perdas destes processos.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
VALORES REJEITADOS INDEVIDAMENTE	11.341	11.341
PROVISÃO PARA PERDA	(11.341)	(11.341)
DESPESAS REEMBOLSÁVEIS	3	3
TOTAL	<u>3</u>	<u>3</u>

7. Depósitos Judiciais / Tributos e Contribuições Federais

A EGR através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ, e está efetuando os valores de antecipação mensal e valores do ajuste anual em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo.

ATIVO		
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2014	3.762	3.762
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2015	2.858	2.858
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2016	4.091	4.091
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2017	1.425	1.425
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2018	5.166	5.166
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2019	4.377	4.082
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2020	3.098	-
OUTROS DEPÓSITOS	124	124
TOTAL	<u>24.901</u>	<u>21.508</u>

PASSIVO		
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2014	3.762	3.762
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2015	2.858	2.858
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2016	4.091	4.091
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2017	1.425	1.425
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2018	5.166	5.166
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2019	4.377	4.082
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2020	3.098	-
TOTAL	<u>24.777</u>	<u>21.384</u>

8. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	139	0	(19)	(28)	92
Máquinas	4	0	0	(1)	3
Equipamentos	644	499	(219)	(118)	806
Computadores e periféricos	1.058	775	(5)	(296)	1.532
Impressoras	40	146	(20)	(22)	144
(-) Perda valor não recuperável	(155)	(396)	0	0	(551)
Total	1.730	1.024	(263)	(465)	2.026

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	161	0	0	(110)	51
Imóveis	59.864	51.811	0	(3.064)	108.611
Obras em andamento	45.131	8.878	(51.944)	0	2.065
Projetos	2.772	264	0	0	3.036
Total	107.928	60.953	(51.944)	(3.174)	113.763

TOTAL IMOB. E INTAG.	109.658	61.977	(52.207)	(3.639)	115.789
-----------------------------	----------------	---------------	-----------------	----------------	----------------

No intangível na conta Imóveis e Obras em andamento, estão registrados obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela e Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, amortizado a taxa de 4% ao ano nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial. Abaixo as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia:

	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

8.1 Imobilizado Recebido do DAER-RS – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem

No início de suas operações no ano de 2012 a EGR utilizou os bens que já se encontravam na estrutura das praças de pedágio, estes bens não foram incorporados ao patrimônio da EGR pois eles foram cedidos para o uso, mas até o presente momento não foi elaborado nenhum termo oficializando isto apesar de solicitação da Procuradoria Geral do Estado através do processo administrativo 18049600018289, mesmo não constando no patrimônio da EGR a gestão destes bens é realizada por empresa contratada especificamente para este fim.

9. Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
SERVIÇO DE ARRECAÇÃO	3.181	3.824
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	8.439	6.978
FORNECIMENTO DE ASFALTO	5.368	4.439
OUTROS FORNECEDORES	1.612	1.333
TOTAL	<u>18.600</u>	<u>16.574</u>
Valores a vencer em até 30 dias	18.600	16.574

10. Tributos e Contribuições Federais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS A RECOLHER	150	156
COFINS A RECOLHER	695	721
IR TERCEIROS	220	163
INSS TERCEIROS	766	640
PIS/COFINS/CSLL TERCEIROS	1.427	1.423
TOTAL	<u>3.258</u>	<u>3.103</u>

11. Tributos Municipais

O ISSQN sobre o faturamento devido pela EGR é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, mas não ocorreu pagamento em 2020 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 10.050.656, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 68.954.006 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. No exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável a EGR no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura foi baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ISSQN TERCEIROS	291	281
ISSQN FATURAMENTO	68.954	58.903
TOTAL	<u>69.245</u>	<u>59.184</u>

12. Outras Contas a Pagar

Em 31/12/2018, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor de R\$ 5.898. Valor registrado na conta Juros Capital Próprio a Pagar pertencente a conta sintética Outras Contas a Pagar. Os demais valores registrados nas Outras Obrigações a Pagar são provenientes do processo de implantação de ERP pela EGR que necessita da utilização da conta Outras Contas a Pagar como uma conta transitória para a realização da liquidação dos pagamentos do mês de dezembro.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
JUROS CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR	5.898	5.898
OUTRAS CONTAS A PAGAR	1.353	4.104
TOTAL	7.251	10.002

13. Provisão para Contingências

Utilizamos como base para constituição da provisão para contingências a série histórica de desembolsos realizados, utilizamos este método pois a informação fornecida pela assessoria jurídica não foi suficiente para a apuração do valor justo desta provisão. No exercício de 2020 foi constituída uma provisão para eventuais gastos com a entrega de praças de pedágio para a iniciativa privada.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	1.220	1.200
PROVISÃO PARA ENTREGA DE PRAÇAS	2.600	-
TOTAL	3.820	1.200

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 43.583.815,59 (Quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e quinze e cinquenta e nove centavos), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014.

14.2 Remuneração dos Investidores

No exercício de 2020 não serão distribuídos dividendos, tendo em vista a política da Companhia é de aplicar nas rodovias sob sua administração todos os recursos que arrecada, situação expressa em sua lei de criação nº LEI N.º 14.033, de 29 de Junho DE 2012 no art.7º : "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

14.3 Reserva de Lucros

Na reserva de retenção de lucros de 2020 foi adicionado o valor de R\$ 14.514,54 referente ao lucro do exercício e na reserva legal houve o acréscimo de R\$ 763,92.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RETENÇÃO DE LUCRO	46.231	46.216
JSCP	(5.898)	(5.898)
RESERVA LEGAL	3.117	3.116
TOTAL	<u>43.450</u>	<u>43.434</u>

15. Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RECEITA DE ARRECAÇÃO	<u>272.099</u>	<u>298.811</u>
(-) Deduções sobre a receita	(57.044)	(61.216)
PIS	(1.524)	(1.689)
COFINS	(7.030)	(7.797)
ISSQN	(10.051)	(11.092)
ISENTOS	(2.920)	(3.521)
MULTIPASSAGEM	(9.292)	(9.732)
ISENTADOS	(26.040)	(27.245)
VIOLAÇÃO	(187)	(140)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>215.055</u>	<u>237.595</u>

16. Custos dos Serviços Prestados

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CUSTOS OPERACIONAIS	<u>(174.912)</u>	<u>(197.224)</u>
Manutenção e Conservação Rodovias	(134.359)	(151.498)
Arrecadação e Manutenção de Instalações	(37.180)	(41.923)
Convênios	(3.326)	(3.750)
Outros custos	(47)	(53)

17. Despesas Operacionais

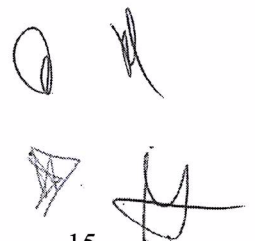
Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	(39.012)	(35.824)
Despesas Administrativas	(29.294)	(24.069)
Despesas com Pessoal	(8.555)	(10.009)
Despesas Comerciais	(1.163)	(1.746)

18. Resultado Financeiro

O resulta financeiro apresenta a seguinte composição:

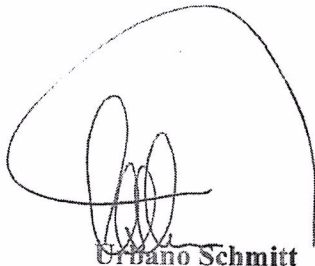
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RECEITA FINANCEIRA	476	1.141
Juros Ativos	-	1
Remuneração Financeira SIAC	202	820
Descontos Obtidos	274	302
Variação Monetária Ativa	-	18
DESPESAS FINANCEIRAS	(0,3)	(25)
Encargos e Juros de Mora	(0,1)	(5)
Variação Monetária Passiva	(0,2)	(20)



19. COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus (“COVID-19”) foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma “Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional”. Em 31/01/20, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somados ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

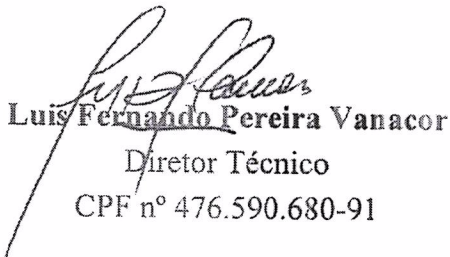
A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações contábeis.



Urbano Schmitt
Diretor – Presidente
CPF nº 255.350.130-72



André Arnt
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 367.654.810-87



Luis Fernando Pereira Vanacor
Diretor Técnico
CPF nº 476.590.680-91



Marco Aurélio Lanzoni
Contador CRC/RS 083621
CPF nº 825.012.200-30

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO -CAE

Exercício de 2020

EGR/Protocolo
Recebido em: 25/08/21
Nome: Julia
Hora: 15:39 Ass.: 13072

Em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, conforme segue e o disposto no Regimento Interno do CAE, a saber:

“Art. 24. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.

§ 1º Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da empresa pública ou da sociedade de economia mista:

....

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;

O CAE apresenta a seguir o seu Relatório Anual relativo a 2020.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO -CAE

Exercício de 2020

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, é uma empresa pública autorizada pela Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012 e vinculada à Secretaria Estadual dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. É regida pelo seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012.

A EGR administra 14 praças de pedágio que abrangem mais de 900 quilômetros de rodovias gaúchas.

A EGR tem por objetivo realizar a manutenção e os investimentos necessários nos trechos sob sua jurisdição.

O contexto em 2020

O ano inicia com a perspectiva normal de continuidade das ações operacionais e, após março de 2020, passa a enfrentar todas as consequências de uma pandemia relativa ao COVID 19, com duração incerta, repercussões incertas e alto impacto na vida das pessoas, das empresas, dos governos e da sociedade

como um todo. As ações com base em um planejamento foram substituídas por ações de manutenção das operações e adequação destas à evolução da pandemia e suas consequências momentâneas e futuras, estas últimas ainda imprevisíveis quanto a intensidade e quanto a duração.

No âmbito operacional externo, a EGR tem mantido em funcionamento as 14 praças e procedido nas manutenções necessárias das rodovias, através das equipes de fiscalização e monitoramento da situação.

Foram concluídos o viaduto na intersecção da RS040 com a RS118 e algumas passarelas por demanda da comunidade.

Também foram realizadas ações em parceria com Governo do Estado, Polícia Rodoviária Estadual e iniciativa privada para atendimento aos caminhoneiros com alguns serviços preventivos de saúde, distribuição de água e alguns utensílios em decorrência do COVID-19.

Mas a ação de maior impacto em 2020 foi a realização do leilão de concessão do trecho da rodovia RS 287, que abrange todo o trecho referente as praças de Venâncio Aires e Candelária. Ainda sem definição até este momento quanto à data para a entrega desta concessão.

No âmbito interno da EGR tiveram continuidade as ações para efetivação da transferência da Sede Administrativa da EGR para o prédio do DAER – um imóvel próprio do Estado, objetivando eliminação dos custos de locação do atual endereço, racionalização dos espaços, das rotinas operacionais e mais próximo e integrado à Secretaria dos Transportes do Estado.

Conforme relato da Diretoria e da área de engenharia, as obras e demais adequações foram concluídas e a mudança definitiva para o novo endereço foi efetivada em abril/2021.

Restou solucionado o imbróglio judicial acerca da contratação de empresa de auditoria externa, sendo efetivada a contratação da empresa vencedora do certame licitatório, permitindo a realização dos trabalhos de auditoria referente ao exercício de 2018, 2019 e de 2020 esta última ainda inconclusa.

Decorrente desta realidade, o CAE teve que aguardar até a conclusão dos trabalhos e parecer da auditoria independente, o que ocorreu somente em Junho/2021 para então finalizar este Relatório Anual.

Das Praças de Pedágio

A EGR administra 14 praças de pedágio, sendo as 06 superavitárias em 2020: Campo Bom, Portão, Santo Antônio, Encantado, Cruzeiro do Sul e Venâncio Aires. Juntas, apresentaram um resultado positivo de R\$ 40,561 milhões. E sendo as 08 deficitárias em 2020: Coxilha, Viamão, Flores da Cunha, Boa Vista,

Notas

Três Coroas, Gramado, São Francisco de Paula e Candelária. Juntas, apresentaram um resultado negativo de R\$ 37,945 milhões.

Pelos números apresentados, nota-se o impacto da licitação da concessão dos trechos das praças de Venâncio Aires e Candelária:

- Enquanto o resultado de Venâncio Aires representa 30% do resultado das superavitárias, o resultado de Candelária representa somente 2,69% do resultado das deficitárias em 2020.

Considerando a importante participação da arrecadação da praça de Venâncio Aires – é o 2º melhor resultado dentre as 06 praças superavitárias em 2020; e sendo a praça de Candelária a de menor déficit entre as 08 praças deficitárias em 2020, o CAE alerta para a necessidade de estudos e de um plano de contingência, para a reposição e/ou realocação das despesas que deixarão de ter como fonte de financiamento a arrecadação oriunda destas praças, que deixará de ingressar na EGR.

Das Demonstrações Financeiras

No Ativo Circulante, as Disponibilidades e as Aplicações Financeiras foram conciliadas com os respectivos extratos bancários, e não foram encontradas diferenças. A maior variação foi o incremento das aplicações financeiras - SIAC em 18,7%, cujo saldo ficou em R\$ 53.348.713,00, enquanto no Ativo Não Circulante, a maior variação ficou por conta do aumento no grupo Intangível – nas rubricas Obras em Andamento e Imóveis devido a um ajuste contábil em outubro, migrando R\$ 51.811.393,70 da rubrica Obras em Andamento para a rubrica Imóveis. Há que se registrar ainda o incremento de 15,77% na rubrica Depósitos Judiciais que fechou com o saldo de R\$ 24.901.302,00.

Na Demonstração do Resultado, a Receita Operacional Líquida apresentou uma redução de 9,48% passando de R\$ 237.594.623,00 em 2019 para R\$ 215.055.051,00 decorrente da redução de 8,93% da Receita de Arrecadação o que acabou por anular os efeitos da redução do Custo da Operação na ordem de 11,35%. Já o Lucro Líquido que foi de R\$ 370.991,00 em 2019, reduziu ainda mais fechando em R\$ 16.000,00 em 2020.

Dos trabalhos e ações do CAE

Em função das restrições impostas pelo Governo do Estado e Prefeitura decorrentes da pandemia, as reuniões do CAE passaram a ser feitas de forma remota, o que representou um grande aprendizado e desafio para os conselheiros e demais colaboradores.

Ao longo do ano de 2020, o CAE pautou suas ações através das reuniões periódicas remotas, quando então foram analisados os atos e fatos registrados

nas atas do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, relatórios gerenciais e contábeis e relatos de Diretores e demais gestores técnicos.

Obviamente, que as ações *in loco* restaram prejudicadas, o que obrigou o CAE a restringir suas avaliações e análises a partir dos documentos e relatórios solicitados.

Da análise de toda esta documentação, o CAE sugere especial atenção às ações administrativas de cobrança de tributos federais, ações estas em valores consideráveis e que merecem o competente provisionamento no limite mínimo de possibilidade de passar a ser devido, se for o caso, bem como especial atenção também nas demais pendências judiciais em curso, de valores significativos, os quais sugerem a necessidade de uma centralização de acompanhamento dos processos, a fim de melhor subsidiar a Diretoria e o Conselho de Administração quanto aos seus desdobramentos e repercussões patrimoniais.

Registramos a importância de especial atenção da Diretoria e o Conselho de Administração da EGR para os efeitos negativos futuros ao equilíbrio econômico e financeiro da empresa advindos da conjunção de 03 fatores ocorridos em 2020, a saber:

- 1 - a não majoração dos preços dos pedágios proposta pela Diretoria e não autorizada pelo Governo do Estado, por conta dos efeitos negativos da Pandemia para os setores econômicos do Estado;
- 2 - a efetivação do leilão da concessão dos trechos vinculados às praças de Venâncio Aires e Candelária, cuja a importância da receita da primeira é muito superior ao deficit da segunda praça e as duas absorvem proporcionalmente os custos da Administração da EGR;
- 3 - os contínuos aumentos de preço dos insumos e demais materiais necessários à manutenção das rodovias sob jurisdição da EGR.

Em que pese a existência do Plano de Concessões do Estado do Rio Grande do Sul, o qual determina que todas as rodovias que estão sob a administração da EGR deverão ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões até o fim de 2022, há que se ter a responsabilidade e o compromisso de manutenção e de investimentos nas rodovias sob jurisdição da EGR até que a última seja concedida à iniciativa privada. E para tal, a EGR precisará ter as condições mínimas de operacionalidade.

Pelo exposto, entendemos como necessárias medidas e ações que resgatem o equilíbrio econômico e financeiro da EGR, cujo objeto se sustenta nos pilares arrecadação – manutenção – investimentos que permitam à Empresa continuar cumprindo o seu objeto legal.

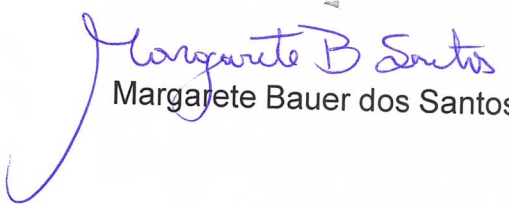
Nestes
7/3

Ratificamos então a posição deste CAE exarada no Relatório Anual de 2019, a saber:

“Para que este ciclo virtuoso se mantenha – arrecadação – manutenção – investimentos, é necessário que cada praça mantenha um equilíbrio econômico e financeiro constante, trabalhando permanentemente o planejamento das demandas, seu comportamento histórico, sazonalidades, o comportamento dos preços dos insumos e do fluxo de veículos e a reavaliação periódica das tarifas de pedágio, desde que plenamente justificadas pelo comportamento dos custos”.

Em consideração ao objeto da criação da EGR, sugere-se ainda um esforço na identificação das melhorias de cada praça e respectivas rodovias, acessos, e uma priorização na contratação dos respectivos projetos de engenharia e na contratação das obras, o que for possível e mais prioritário, valendo-se dos recursos financeiros atualmente investidos no mercado financeiro, na ordem de R\$ 53,3 milhões, retornando assim para as comunidades os investimentos, melhorias e manutenções esperados, até que o último trecho seja definitivamente transferido para a gestão da iniciativa privada.

Porto Alegre, 30 de julho de 2021.


Margarete Bauer dos Santos


Nahiane P. da Rosa Linck


Rogério Alves Rios

1 **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA**

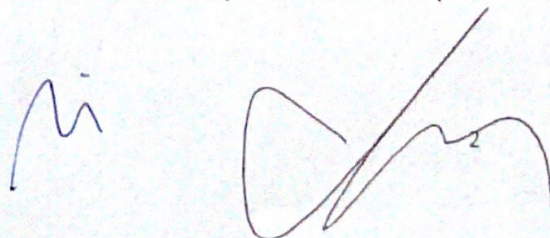
2 **GAÚCHA DE RODOVIAS S/A – EGR**

3 **ATA 103**

4 **LOCAL, DATA E HORA:** Av. Borges de Medeiros, n.º 1555, 11º andar, bairro
5 Praia de Belas, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº
6 16.987.837/0001-06 e com NIRE nº 4 43 3 0005511 6, em conformidade com
7 os Decretos Estaduais 55.115/2020, 55.118/2020, 55.128/2020, 55.130/2020
8 e da Resolução SELT 01/2020 (constam no site da EGR), que tratam dos
9 procedimentos a serem adotados para prevenir a transmissão da COVID-19, e
10 que estabelecem o regime excepcional de teletrabalho e de plantão
11 extraordinário enquanto perdurar os efeitos da pandemia da COVID-19, a
12 reunião dia **22 de setembro de 2021**, às 12h00min, ocorreu de forma remota.
13 Os funcionários da EGR estão já trabalhando presencialmente. **COMPOSIÇÃO**
14 **DA MESA:** Conselheiros João Ângelo Miron Neto, Ronaldo Santini e Vanderlan
15 Frank Carvalho, como convidados o Diretor Administrativo André Arnt, o
16 Gerente Contábil Marco Lanzoni e a Sra. Marielle Lopes Dutra, que secretariou a
17 reunião. **I – CONVOCAÇÃO:** os Conselheiros foram convocados através de
18 correspondência eletrônica, na forma do Artigo 15 do Regimento Interno e o
19 recebimento foi confirmado por e-mail. **II – EXPEDIENTE:** o conselheiro
20 Vanderlan Frank Carvalho saudou o novo Presidente do Conselho Fiscal, Sr.
21 Ronaldo Santini e a todos os presentes, bem como declarou instalada a reunião,
22 apresentando a pauta do dia. **III – ORDEM DO DIA:** a) análise e deliberações
23 sobre a documentação apresentada pela Companhia, especialmente à
24 Demonstração Financeira do exercício findado em 31 de dezembro de 2020; b)
25 assuntos gerais. **IV - DELIBERAÇÕES:** a¹) em atendimentos às disposições
26 legais e estatutária o Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras
27 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, emanando o seguinte
28 parecer: **PARECER DO CONSELHO FISCAL:** *"Na qualidade de membros do*
29 *Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR, nos termos da lei e*
30 *dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de*
31 *Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em*
32 *31 de dezembro de 2020, todas em comparabilidade ao exercício social de*
33 *2017. Da análise procedida, concluiu-se que as Demonstrações Financeiras,*
34 *lidas em conjunto com as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o*
35 *Relatório dos Auditores Independentes e, as manifestações deste Colegiado*
36 *proferidas em relatórios de suas Reuniões Ordinárias, representam a posição*
37 *econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020, a exceção das*
38 *incertezas quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros que possam advir do*
39 *Procedimento Fiscal de nº 1010100.2017.00475, que teve como sujeito passivo*
40 *a Companhia, lavrado em 09 de novembro de 2018 pela Receita Federal do*
41 *Brasil, relativos aos lançamentos de débitos referentes ao Imposto de Renda*
42 *Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Os*
43 *Conselheiros Fiscais não tiveram conhecimento de outros fatos ou evidências*
44 *que indiquem que as informações incluídas na Demonstrações Financeiras e nas*
45 *correspondentes Notas Explicativas não possam ser submetidas às deliberações*



46 da Assembleia Geral Ordinária de Acionista. Opinamos, ainda, favoravelmente
47 sobre a Proposta de destinação do Lucro, oriunda dos Órgãos da Administração
48 da Companhia, a qual não contempla a distribuição de dividendos ou de juros
49 sobre o capital próprio ". a³) de acordo com o que restou ajustado na Ata
50 de nº 26 do Conselho Fiscal, realizada em 21 de maio de 2015, ratificado
51 na ata de nº 70 de 24 de janeiro de 2019, relativamente à aferição da
52 forma e dos procedimentos relativos aos instrumentos contratuais
53 celebrados pela Companhia, o Conselheiro Vanderlan Frank Carvalho
54 argui a necessidade de se manter a ressalta relativa a Receita Federal,
55 uma vez que deve permanecer por motivos do atraso, haja vista que
56 tratou-se de uma judicialização da contratação da empresa de auditoria
57 externa e, houve um defasagem temporal, de mais de 2 anos, quanto as
58 análises. O Conselheiro João Ângelo Miron Neto questionou o contador
59 Marco acerca de considerações na parte técnica, se o *modus operandi* de
60 2020 permaneceu o mesmo dos anos de 2018 e 2019? Em resposta o
61 Contador Marco explanou que se manteve a questão da Receita Federal,
62 não havendo alterações e em todas as demais operações e registros não
63 houveram nenhuma modificação em relação aos anos anteriores; única
64 constatação mais apurada pela auditoria foi a menção da saída das Praças
65 de Pedágio de Venâncio Aires e Candelária para a iniciativa privada que,
66 por mais que tenha ocorrido no ano 2021, no ano de 2020 o Governo já
67 havia iniciado esse processo. O Diretor Administrativo e Financeiro André
68 Arnt complementa que o ano de 2020 foi o ano da Pandemia, o que
69 explica a queda de Receita Fiscal. O Conselheiro João Ângelo Miron Neto
70 também questionou o contador acerca da Receita da EGR referente ao
71 ano de 2020, que respondeu ser a Receita Bruta, R\$ 272.000.000,00, e a
72 Receita Líquida, R\$ 215.000.000,00. O Conselheiro João Ângelo Miron
73 Neto e Vanderlan Frank Carvalho informaram ter examinado os referidos
74 instrumentos, manifestando-se pela sua conformidade. O Presidente do
75 Conselho Fiscal, Sr. Ronaldo Santini, quanto ao Balanço das Demonstrações
76 Fiscais referente a 2020, explanou que uma vez ser essa sua primeira reunião
77 como conselheiro, preferiu por abster-se desta votação, deixando o quórum
78 com 2 x 1 com a aprovação; o conselheiro, ainda consigna seu reconhecimento
79 e compromisso para que a EGR possa se fortalecer perante o Governo. O
80 Conselheiro João Ângelo Miron Neto consigna em ata ser favorável a
81 aprovação do balanço destacando cumprimentos a Diretoria da EGR por
82 ter conseguido um resultado positivo no ano de 2020, ano pandêmico. b)
83 **Assuntos Gerais:** O Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Ronaldo Santini,
84 informou que a próxima reunião acontecerá no dia 19.10.2021, às 12 horas, na
85 Sala de Reuniões da EGR. Nada mais a constar. **V- ENCERRAMENTO :** não
86 mais havendo assuntos a serem tratados, foi dada por encerrada a reunião e
87 dela lavrada a Ata que, após lida e considerada conforme, foi assinada por
88 todos os Conselheiros presentes.



90 **MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA EGR**

91

92

93

94

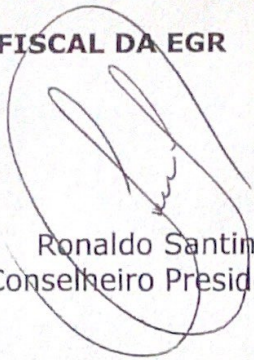
95

96

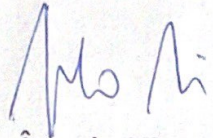
97

98

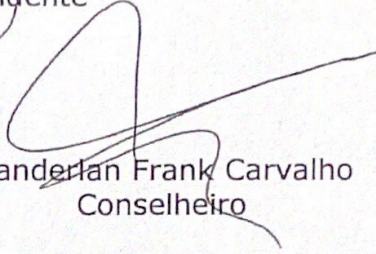
99



Ronaldo Santini
Conselheiro Presidente



João Ângelo Miron Neto
Conselheiro




Vanderlan Frank Carvalho
Conselheiro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Exercício 2020

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o presente Relatório da Administração: A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR é uma empresa pública, vinculada à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012) para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo do Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão de administração das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. O novo modelo consolidado tem como diferencial a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta às comunidades para as prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as rodovias, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação. A arrecadação líquida dos pedágios teve redução, em 2020, de 10,48% em relação ao exercício anterior, passando para o patamar de R\$ 215 milhões. O fluxo de veículos total em 2020 foi de 37,9 milhões, representando uma redução de 11,24 % em relação à 2019. As intervenções em manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 133 milhões, 0,2% menor do que 2019, o que representou 61,89% da receita operacional líquida. A EGR atua com um quadro de pessoal bastante reduzido e eficiente, sendo que a despesa de pessoal em 2020 representou 5,9 % da receita operacional líquida.

A EGR atua em 908,48 km de rodovias identificadas no quadro abaixo.


		Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelos decretos nº 53.386 e nº 53.875			
Praça	Rodovia	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (km) Decreto
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
Portão	ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - Entr. ERS-446 (P/ São Vendelino)	0,00	39,09	39,09
	ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) – Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0,00	33,58	33,58
Santo Antônio da Patrulha	RSC-287	Entr. RSC-470 (A)/ERS-240 (Montenegro) - Entr. ERS-411 (P/ Bronchier)	0,00	7,11	7,11
	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	0,00	32,64	32,64
Viamão	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fiúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
	ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
Flores da Cunha	ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) – Entr. ERS-437 (B) (Ipê)	80,04	129,71	49,67
Três Coroas	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	0,00	41,97	41,97
Gramado	ERS-235	Entr. BRS-116 (P/Caxias do Sul - Início TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)	0,00	34,64	34,64
	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela (Fim Trv-Mun)	34,64	42,31	7,67
	ERS-466	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0,00	7,22	7,22
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (Acesso sul à São Francisco de Paula)	42,31	76,32	34,01
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,40	6,35
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
Encantado	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	RSC-453	Entr. BRS-386 (B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	0,00	29,83	29,83
Venâncio Aires	RSC-287	Entr. BRS-386 (B) (Tabai) – Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz)	28,03	104,65	76,62
Candelária	RSC-287	Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz) – Entr. ERS-502 (P/ Contenda do Sul)	104,65	176,68	72,03
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	0,00	78,33	78,33
Total					908,48



Em 2020 destacam-se as seguintes realizações:

1 – Conclusão das passarelas nos km 29 e km 25 na ERS 239 no município de Sapiranga; 2 – Realização da campanha Pit Stop Covid-19, que distribuiu aproximadamente 14.000 frascos de 100 ml de álcool em gel e realizou a verificação de temperatura corporal, de oxigenação do sangue, a medição da pressão arterial e a orientação quanto à prevenção de contágio do Covid-19 junto aos caminhoneiros. A campanha foi finalizada com aproximadamente 10.000 atendimentos, a campanha se realizou no km 20 da ERS-239 no município de Campo Bom, no km 18 da ERS-135 no município de Coxilha, no km 18 RSC-453 no município de Cruzeiro do Sul, no km 68 da ERS-129 no município de Encantado, no km 27 da ERS-235 no município de Gramado, no km 13 da ERS-240 no município de Portão, no km 99 da RSC – 287 no município de Santa Cruz do Sul e no km 54 da RSC-453 no município de Teutônia ; 3 – Conclusão do viaduto no entroncamento da ERS – 040 com a ERS - 118

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2020.



Urbano Schmitt
Diretor – Presidente
CPF nº 255.350.130-72



André Arnt
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 367.654.810-87



Luis Fernando Pereira Vanacor
Diretor Técnico
CPF nº 476.590.680-91

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2020, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação, por unanimidade de votos, do conjunto de Demonstrações e Financeiras e, ainda, sem distribuição de dividendos, e que os lucros sejam incorporados na reserva de retenção de lucros.

Porto Alegre, 28 de Julho de 2021.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EGR


João Stefanés Machado- Presidente
Secretaria de Logística e Transportes


Mário Rache Freitas
Secretaria do Planejamento,
Mobilidade e Desenvolvimento Regional